

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (40 pontos)

Oficial de Justiça recebe ordem de seu superior para comprar lanche. Nega-se, sob alegação de que tal mister não é sua atribuição funcional. Apesar disso, é punido com a pena de suspensão pelo titular da Vara.

Como Defensor Público, procurado pelo citado servidor no seu órgão de atuação, elabore a peça processual, com o respectivo fundamento.

2ª Questão (30 pontos)

Qual a diferença básica entre a Ação Civil Pública e a Ação Popular, no que se refere às legitimidades ativa e passiva, na proteção do patrimônio público e na defesa do meio ambiente ? Fundamentar a resposta.

3ª Questão (30 pontos)

É possível a supressão da expressão "em que lhe seja assegurada ampla defesa", constante do parágrafo primeiro, do artigo 41, da Constituição Federal ? Fundamentar a resposta.

ACP x AP

- ACP
- Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).
- I - ao meio-ambiente;
- II - ao consumidor;
- III - a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990)
- V - por infração da ordem econômica; (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).
- VI - à ordem urbanística. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)
- VII - à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. (Incluído pela Lei nº 12.966, de 2014)
- VIII - ao patrimônio público e social. (Incluído pela Lei nº 13.004, de 2014)

ACP x AP

AP

- Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

ACP

- Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
- I - o Ministério Público; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
- II - a Defensoria Pública; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
- III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
- IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
- V - a associação que, concomitantemente: (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
- a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
- b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pela Lei nº 13.004, de 2014)

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (40 pontos)

Oficial de Justiça recebe ordem de seu superior para comprar lanche. Nega-se, sob alegação de que tal mister não é sua atribuição funcional. Apesar disso, é punido com a pena de suspensão pelo titular da Vara.

Como Defensor Público, procurado pelo citado servidor no seu órgão de atuação, elabore a peça processual, com o respectivo fundamento.

2ª Questão (30 pontos)

Qual a diferença básica entre a Ação Civil Pública e a Ação Popular, no que se refere às legitimidades ativa e passiva, na proteção do patrimônio público e na defesa do meio ambiente ? Fundamentar a resposta.

3ª Questão (30 pontos)

É possível a supressão da expressão "em que lhe seja assegurada ampla defesa", constante do parágrafo primeiro, do artigo 41, da Constituição Federal ? Fundamentar a resposta.

- Redação antiga: § 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
 - § 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
 - I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
 - II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
 - III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
 - § 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
 - § 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
 - § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)